

A SAÚDE MENTAL COMO POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Discente: Fernanda Enayde Teixeira da Silva
fernandaenayde@hotmail.com
Especialização em Gestão Pública – UAEADTec - UFRPE

Orientador: Jorge da Silva Correia Neto
jorgecorreaneto@gmail.com
Especialização em Gestão Pública – UAEADTec - UFRPE

RESUMO

Os aspectos relacionados de acolhimento do estudante no ambiente universitário têm suscitado pesquisas relacionadas com os problemas de adaptação social e saúde mental, que muitas vezes se desdobram no seu desempenho acadêmico. Neste sentido, as Instituições de Ensino Superior exercem um papel fundamental na adaptação e inserção do aluno, quando dão as condições necessárias para sua permanência na Instituição. A presente pesquisa, teve como objetivo investigar a política de assistência estudantil relacionada à saúde mental, bem como as dificuldades psicossociais enfrentadas pelos discentes de uma grande universidade nordestina, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Quanto à metodologia, caracteriza-se como um estudo descritivo, de base documental. Os resultados demonstram que a UFRPE tem uma política de assistência estudantil voltada ao atendimento psicossocial consolidada, mas com dificuldades em relação ao quantitativo de servidores e à infraestrutura dos atendimentos, que acaba refletindo no atendimento clínico, ficando questões de promoção e prevenção comprometidas. Como sugestão espera-se que as unidades que tratam do assunto promovam esforços contínuos para qualificar de forma mais efetiva o atendimento psicossocial, promovendo constantemente políticas que evidenciem uma melhor qualidade de vida e saúde mental dos discentes presentes.

Palavras-chave: Discentes - Exaustão Mental – Fadiga – Políticas Públicas – Qualidade de Vida.

ABSTRACT

The aspects of welcoming students in the university environment have given rise to research related to the problems of social adaptation and mental health, which often unfold in his academic performance. In this sense, the Higher Education Institutions play a fundamental role in the adaptation and insertion of the student, when they provide the necessary conditions for their stay in the Institution. This research aimed to investigate the student assistance policy related to mental health, as well as the psychosocial difficulties faced by the students of a large northeastern university, the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE). As for the methodology, it is characterized as a descriptive study, based on documents. The results demonstrate that UFRPE has a student assistance policy focused on consolidated psychosocial care, but with difficulties in relation to the number of employees and the infrastructure of care, which ends up reflecting on clinical care, leaving issues of promotion and prevention compromised. As a suggestion, it is expected that the units dealing with the subject promote continuous efforts to qualify psychosocial care in a more effective way, constantly promoting policies that evidence a better quality of life and mental health of the students present.

Keywords: Students - Mental Exhaustion - Fatigue - Public Policies - Quality of Life.

1 INTRODUÇÃO

Políticas públicas que aumentem as chances de permanência de alunos de baixa renda nas instituições federais de ensino superior (IFES) são fundamentais para “viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão”, como aponta o Ministério da Educação (BRASIL, s. d.). Nesse contexto surge o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2008, visando apoiar a permanência de estudantes de baixa renda matriculados nas IFES brasileiras.

Como destaca Imperatori (2017), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, já trazia um artigo específico sobre assistência social escolar, tratando-a como um direito dos alunos: “Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem”.

No contexto da saúde, e mais especificamente de saúde mental, muito ainda é preciso fazer. O sofrimento mental dos estudantes universitários é percebido e parece estar ligados a uma série de fatores, desde o seu ingresso na universidade até a sua necessidade de adaptação no que diz respeito à moradia, ao suporte social, à autonomia e às exigências relacionadas ao conteúdo abordado nas disciplinas, entre outras (PADOVANI et al., 2014). A partir destas percepções, fica evidente a importância de revisar políticas de assistência estudantil, relacionadas às mais variadas dimensões, tais como sociais, culturais, de saúde e financeiras no planejamento estratégico das instituições federais de ensino superior (IFES).

Esses cuidados, visando uma melhor assistência para a saúde mental do estudante universitário, vem acontecendo em diversas IFES, inclusive na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), objeto desse estudo. A UFRPE constatou algumas dificuldades de interação dos ingressantes no meio universitário, tanto por questões relacionadas ao novo ambiente quanto a questões já trazidas do meio exterior à academia. Buscando dar conta dessas questões foi criada, ainda em 2006, a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (PROGESTI), com inúmeros programas que contemplam os aspectos mais amplos das necessidades dos estudantes, inclusive relacionadas aos cuidados com a saúde mental (PROGESTI, 2016).

A vida universitária compõe o ciclo vital de muitos brasileiros, marcada por vivências que demandam responsabilização e sociabilidade. De fato, um período mais ou menos longo de quatro a seis anos oficialmente marcado por vivências individuais e coletivas que demandam, de quem experimenta esta fase da vida, responsabilização e sociabilidade.

Momento de acontecimentos especiais da vida, como o distanciamento do núcleo familiar realizado por muitos jovens em busca da realização de um curso superior; além disso, marcado por conflitos, decisões, escolhas e posturas que decidirão fatores importantes na trajetória de vida destes indivíduos, pois também coincide, na maioria das vezes, com o início da fase adulta (ASSIS et al., 2010). Num olhar preocupado com a saúde desses brasileiros, jovens ou não, surgiu a seguinte questão de pesquisa: como tem sido a institucionalização e a prática da UFRPE na promoção da saúde mental de seus estudantes?

A partir daí decidiu-se como objetivo geral investigar a política de assistência estudantil relacionada à saúde mental bem como as dificuldades psicossociais enfrentadas pelos discentes na UFRPE. Esse objetivo geral se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: i) investigar as políticas de assistência estudantil e sua prática cotidiana; ii) relacionar os cuidados psicossociais da UFRPE em conjunto com o Estado como uma dúplici contigência para promover saúde mental aos estudantes universitários.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O universitário vivencia mudanças biológicas, psicológicas e sociais e se depara com aspectos estressores durante a vida acadêmica; os problemas relacionados à saúde mental impactam várias esferas na vida estudantil, a saber, aspectos emocionais, cognitivos, e desempenho acadêmico, entre outros (NOGUEIRA, 2017). Nesse contexto a presente seção discorrerá sobre esses aspectos.

2.1 SAÚDE MENTAL – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Saúde mental é um termo usado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional. A saúde Mental pode incluir a capacidade de um indivíduo de apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica. No entanto existe uma ressalva do OMS (Organização Mundial de Saúde) em que afirma que não existe definição "oficial" de saúde mental, mas sim, diferenças culturais, julgamentos subjetivos, e teorias relacionadas concorrentes afetam o modo como a "saúde mental" é definida (SECRETARIA DE SAÚDE DO PARANÁ, 2020).

A saúde mental tem conceitos complexos e historicamente influenciados por contextos sócio-políticos e pela evolução de práticas em saúde. “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1946, apud GAIANO et al., 2018). Decorrentes das críticas ao conceito da OMS e somadas aos vários eventos políticos e econômicos,

surgiram as discussões sobre um novo paradigma, a saúde como produção social. Dentre elas, o termo ‘bem-estar’, presente na definição da OMS, é um componente tanto do conceito de saúde mental, é entendido como um constructo de natureza subjetiva, fortemente influenciado pela cultura que define saúde mental como “um estado de bem-estar no qual um indivíduo percebe suas próprias habilidades, pode lidar com os estresses cotidianos, pode trabalhar produtivamente e é capaz de contribuir para sua comunidade, neste caso para a vida acadêmica.

Os problemas ligados a saúde mental dos estudantes ocorrem em universidades do mundo inteiro. No entanto, o Brasil, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), é o país com a maior taxa de transtornos de ansiedade no mundo e o quinto em casos de depressão (SENICATO et al., 2018).

Como retrata Fernanda Sahão (2019), a saúde mental do jovem, é um fator importante para a qualidade de sua futura formação, ainda que sua adaptação à universidade tenha sido objeto de estudo de diversas pesquisas, ainda apresentam lacunas importantes. Estudos desenvolvidos no ano de 2014 pelo FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), indicaram uma alta taxa de prevalência de sintomas de ansiedade e depressão na população universitária, maior do que na população geral. Salientaram que 58,36% do total de estudantes pesquisados indicaram sofrer de ansiedade; 44,72% relataram desânimo/falta de vontade de fazer as coisas; 32,57% têm insônia ou apresentam alterações significativas de sono; 22,55% relataram sentir desamparo/desespero/desesperança e 21,29% sentimentos de solidão. Além dessas dificuldades, também são descritos problemas alimentares (13%), medo/pânico (10,56%), ideia de morte (6,38%) e pensamento suicida (4,13%) (FONAPRACE, 2014). Por exemplo, a Universidade Federal Fluminense tem como uma de suas iniciativas o foco na saúde mental de seus alunos, buscando em cada um de seus *campi* oferecer atendimentos aos alunos que buscam por este socorro (CAROLINE, 2017).

Algumas universidades no Brasil, vêm adotando políticas de atendimento aos alunos que não conseguem lidar sozinhos com seus medos e frustrações. Muitas contam profissionais que percebem em seus estudantes o futuro da instituição, o colocam como parte essencial de suas dependências e percebem que se eles possuem uma boa qualidade de vida dentro do *campus* terão muito mais a oferecer a cada IES e à sociedade ao ingressar no mercado lá fora (COSTA, 2007). Como perceptível dentro das universidades brasileiras, as IES necessitam oferecer um cuidado especial a este alunado que demanda assistência, elaborando planos de ação que ofertem aos estudantes satisfação em fazer parte da instituição, no intuito futuro de

obter êxito nas aprovações, estímulo nas dificuldades que surgirem e sucesso ao ingressarem no mercado de trabalho tão desafiador da atualidade (BRANCO et al., 2019).

2.2 POLITICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL – BREVE HISTÓRICO

A primeira manifestação com o intuito de apoiar os estudantes universitários ocorreu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, e destinada a auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em se manter na cidade (COSTA, 2010). Em seguida, no governo Getúlio Vargas foi considerada um marco nas políticas sociais e passou a reconhecer a educação como um direito público regulamentado pelo Estado (VASCONCELOS, 2010). Em 1931, através da Reforma Francisco Campos, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto n. 19.851/1931, são propostas medidas de providência e beneficência aos corpos discentes dos institutos universitários, incluídas bolsas de estudos para amparar os estudantes reconhecidamente pobres. Essa lei foi incorporada na Constituição de 1934, que assegurou a assistência aos estudantes (BRASIL, 1934).

Na Constituição Federal de 1946, a assistência aos estudantes foi extensiva para todos os níveis de ensino, em que foi descrito “cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, online).

Destaca-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, apresenta um título específico para abordar a Assistência Social Escolar, tratando-a como um direito discente nos artigos 90 e 91. Em 1970, foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, que implantou programas de assistência aos estudantes, como Bolsas de Trabalho, através das quais eram proporcionadas oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares; e Bolsas de Estudo, por meio das quais o estudante recebia uma verba para sua manutenção, sem a realização de atividades em contrapartida (IMPERATORI, 2017).

Dando um salto para a Carta Magna regente, a atual Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, foi resultado da pressão de diversos movimentos sociais e consolidou direitos sociais e políticos reivindicados no processo de redemocratização. Nessa Carta Magna, a educação, ao lado de outras políticas sociais, é reconhecida como direito social: Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A regulamentação da política de educação ocorreu pela Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu as diretrizes para os diferentes níveis de educação e também explicitou aspectos relacionados à assistência dos discentes na educação.

No que se refere à educação superior, a legislação autoriza que ela seja ministrada por instituições de ensino superior, públicas ou privadas, condicionadas ao reconhecimento de cursos, credenciamento das instituições e processo periódico e regular de avaliação. A assistência estudantil na educação superior foi regulamentada anos mais tarde (IMPERATORI, 2017).

2.2.1 Os cuidados psicossociais do Estado em relação à saúde mental

O cuidado em saúde mental no contexto da atenção primária à saúde (APS) e dos centros de atenção psicossocial (CAPS) deve ser planejado por meio de estratégias territoriais baseadas nas necessidades dos usuários. Dessa forma, promove-se uma assistência eficiente e de qualidade que possibilite produzir saúde nos espaços de vida cotidiana, e ao convívio social (BRASIL, 2011; 2013).

Quanto às práticas e processos constituintes desses serviços, persistem desafios complexos, que envolvem a formação dos trabalhadores que atuam no âmbito da saúde mental e suas interfaces, como educação, assistência social e outros setores (MARCOLINO et al., 2018). No tocante à organização dos serviços de saúde, para que operem, devem buscar e ativar os recursos locais existentes, como no caso o COAP e o PDI, neste caso, o Estado dá abertura para a própria Instituição UFPE de reconhecer as singularidades dos sujeitos e estimular a participação social destes na Universidade (LIMA et al., 2014).

Ao estudar os fatores psicossociais de risco para a saúde mental de estudantes universitários, pode ser evidenciado que as variáveis psicológicas se correlacionam com o ambiente social. Alguns estudos demonstram que os comportamentos e as respostas do indivíduo ao ambiente parecem relacionar-se com o risco da doença, mas estão inseridos num contexto social, por meio de stress, fadiga crônica e ansiedade (MARTINS, 2004).

2.2.2 Políticas de assistência estudantil relacionadas à saúde mental na UFRPE

A Universidade Federal Rural de Pernambuco trata de políticas de atendimento aos discentes no capítulo 8, do seu PDI UFRPE 2013 – 2020, mostrando os principais órgãos de

atendimento ao alunado da UFRPE tais como: i) Coordenação de Curso, que presta todas as orientações necessárias para sua vivência na Universidade; ii) Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico, cujo principal papel é orientar aos alunos acompanhados, que são aqueles que apresentam rendimento escolar insuficiente; iii) Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, que tem como principal objetivo a coordenação e o acompanhamento das atividades didático-pedagógicas de docentes e discentes; iv) Departamento de Qualidade de Vida, prestando serviços de assistência médica e odontológica à comunidade universitária; v) Biblioteca e; vi) Restaurante Universitário.

Além desses órgãos, a Universidade dispõe de órgão específico ao atendimento dos discentes, a PROGESTI, órgão gestor da UFRPE que atua na busca da qualidade das ações educacionais e na perspectiva de consolidar as políticas de gestão estudantil.

Em diversos pontos do seu PDI, a Universidade trata de meios para aprimorar e fortalecer a integração dos estudantes à vida acadêmica, porém, em nenhum momento é citado um plano de desenvolvimento de apoio aos estudantes com problemas psicossomáticos ligados ao estresse da vida estudantil. Como na maioria das Instituições de Ensino Superior no Brasil, ainda é muito superficial o acompanhamento dos estudantes neste sentido, como pode ser observado no trecho a seguir retirado do PDI da UFRPE (PDI/UFRPE, 2013, p. 96):

A política de assistência estudantil da UFRPE visa, sobretudo, aprimorar e fortalecer a integração dos estudantes a vida acadêmica, através da implantação de ações que garantam a permanência e a conclusão do curso. Para o estudante de baixa renda, a assistência estudantil assegura condições minimamente adequadas para que encontrem o necessário incentivo e apoio material, logístico e financeiro para desenvolver, com sucesso, os seus estudos.

Existem, como citado anteriormente, diversos programas ligados a bolsas estudantis, a iniciação à pesquisa e até a tentativa de colaborar com o auxílio aos estudantes de baixa renda, mas ainda a muito o que caminhar no sentido de cuidar e apoiar os cursistas que sofrem com os males ligados à mente iniciados em sua maioria dentro da própria vida acadêmica.

3 METODOLOGIA

Essa seção se subdivide em classificação metodológica e apresentação do caso.

3.1 CLASSIFICAÇÃO METODOLÓGICA

Quanto relação aos objetivos de uma pesquisa científica ela pode ser tida como exploratória, descritiva ou explicativa. As pesquisas exploratórias têm por objetivo tornar o problema explícito e construir hipóteses, geralmente por meio de pesquisa bibliográfica ou de estudos de caso, enquanto as pesquisas descritivas visam descrever características de um

fenômeno, população ou ainda estabelecer relações entre variáveis (AGUIAR, 2013). Assim, quanto aos objetivos esta investigação será exploratória e descritiva e fará uso de documentos para descrever o problema pesquisado.

Quanto à abordagem, as pesquisas são classificadas em quantitativas e qualitativas, com as pesquisas qualitativas normalmente se utilizando de estratégias indutivas (CASARIN; CASARIN, 2012), como será o caso da presente pesquisa.

Assim, o presente estudo caracteriza-se como descritivo, de base documental, acerca da temática políticas de assistência estudantil relacionada à saúde mental e cuidados psicossociais dos discentes da UFRPE, investigando os valores e princípios da gestão em relação aos cuidados com os universitários que são expressos nas políticas de assistência estudantil da própria Instituição no que concerne ao PDI de 2013-2020. Assim, os dados documentais desta pesquisa compõem-se de: PDI de 2013-2020, Portaria Normativa nº 39 de 12/12/2007 (Ministério da Educação): Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Evidencia-se que estes documentos são de domínio público e neles foram considerados os dados sobre o desenvolvimento de potencialidades humanas e a atenção à saúde, especificamente à atenção psicossocial, aos estudantes.

A discussão teórica necessária à análise destes dados considerou a literatura produzida sobre a temática no período de 2015 a 2016, disponível em acervo virtual, na Biblioteca Central da UFRPE e acervo pessoal da estudante pesquisadora.

A coleção dos textos disponíveis em artigos científicos virtuais foi obtida na Biblioteca Virtual em Saúde especificamente no banco de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) identificada pelos descritores “serviços de saúde para estudantes”, “estudantes e saúde mental”, “exaustão mental”, “fadiga”, “política pública saúde mental”, “qualidade de vida”.

As publicações do acervo pessoal da estudante pesquisadora são provenientes da aquisição de inúmeros registros bibliográficos acumulados no período de sua vida universitária. As produções bibliográficas foram organizadas durante os meses de outubro de 2019 a março de 2020 totalizando trinta e cinco artigos científicos publicados entre os anos de 2004 a 2019.

3.2 O CASO DA UFRPE

Na UFRPE, as ações afirmativas de assistência estudantil, promovidas pela PROGESTI, contemplam uma variedade de programas, quais sejam, o Programa de Apoio ao

Discente (PAD), o Programa de Apoio ao Ingressante (PAI), o Programa de Apoio à Gestante (PAG), O Programa de Promoção ao Esporte (PPE), o Programa de Incentivo à Cultura (PIC), o Programa de Residência Universitária para a Graduação (PRUG), Programa de volta ao lar e o Programa de Bolsa Permanência. Além desses programas de inclusão e assistência estudantil existem os serviços de apoio ao estudante, entre os quais, o acompanhamento e atendimento pedagógico, o acompanhamento e atendimento psicológico, especificamente no que se refere à saúde mental, a UFRPE conta com a coordenadoria de apoio psicossocial (COAP), vinculada à PROGESTI (PROGESTI, 2016). O objetivo dessa coordenadoria é o de prover apoio psicossocial à comunidade acadêmica assistida.

No que se refere ao fator psicossocial estudantil, entre o ano de 2015 e 2016, somente na Sede da UFRPE, foram realizados mais de 1.200 atendimentos a estudantes que necessitavam de apoio psicológico, nos *campi* da Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG), da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST) e na Sede. Cerca de 70% da procura foi realizada por mulheres e os restantes de 30% por homens.

A importância de políticas de assistência estudantil têm sido alvo de planejamento estratégico das IES, inclusive na UFRPE. Seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é construído a partir do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e do Planejamento Pedagógico Institucional (PPI). Por serem norteadores da política institucional, devem contemplar na sua elaboração, as políticas de assistência estudantil aos universitários em toda sua extensão, incluindo-se os cuidados relacionados aos transtornos mentais, estando presentes nos programas e modalidades de apoio estão no PDI UFRPE 2013 a 2020.

Como o acesso ao ensino superior expõe o aluno a um mundo de novas experiências, expectativas e realidades, podendo gerar pressões de ordem psicoemocionais que podem impactar no processo de aprendizagem (MERCURI et al., 2003), as IFES devem se preocupar com a saúde mental desses jovens (SBIZERRA et al., 2019). Portanto, no presente artigo se destacará a necessidade do cuidado psicossocial com os alunos e como este vem sendo tratado no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2013 a 2020 da UFRPE.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção está estruturada conforme os objetivos específicos traçados.

4.1 AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFRPE

UFRPE possui uma variedade de Programas de assistência estudantil, como já apresentado em capítulo anterior. Especificamente no que se refere à saúde mental, a UFRPE

conta com a COAP, vinculada à PROGESTI. O objetivo dessa coordenadoria é o de prover apoio psicossocial à comunidade acadêmica assistida, tanto na sede em Recife quanto nos demais *campi* da UFRPE: a Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG), recentemente convertida em universidade autônoma; a Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST) e a Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA); e a Unidade Acadêmica de Belo Jardim (UABJ). A Tabela 01 apresenta o quantitativo de atendimentos psicológicos, na Sede, durante os anos de 2015 e 2016. Não foram trazidos dados mais atualizados pelo fato de os mesmos não estarem na página da PROGESTI. Além disso, os dados aqui apresentados demonstram um auxílio deficitário, pois não são apresentados dados que apontem para o êxito ou não das terapias realizadas. Além disso, é preciso montar uma estrutura física e humana para a promoção e prevenção da saúde mental.

Tabela 01 - Quantitativo de atendimentos psicológicos, na Sede, durante o ano de 2015

MÊS / 2015	HOMENS		MULHERES		TOTAL DE ATEND. 2015
	Pessoas	Atend.	Pessoas	Atend.	
Janeiro	6	15	12	28	43
Fevereiro	4	7	8	13	20
Março	6	13	9	20	33
Abril	5	16	11	29	45
Maiο	5	10	10	20	30
Junho	6	15	6	22	37
Julho	3	8	4	10	18
Agosto	5	9	6	9	18
Setembro	8	16	7	14	30
Outubro	8	30	11	19	49
Novembro	36	60	25	32	92
Dezembro	--	--	--	--	--
Total	92	199	109	216	415

Fonte: Acervo da Autora, 2019

Como pode ser observado na tabela 01, em 2015 houve uma prevalência de atendimento de mulheres em relação aos homens (216 versus 199). Pelos dados pode-se observar que alguns discentes foram atendidos mais de uma vez, já que o número de pessoas atendidas é sempre inferior ao número de atendimentos.

Em 2016 este fato se repetiu. As questões que podem potencializar os problemas de saúde mental estão diretamente aos níveis de estresse enfrentados pelos indivíduos. Segundo Santos *et al.* (2017), o estresse afeta em média, 90% da população mundial. No caso do Brasil, este problema afeta 30% da população economicamente ativa, valor só é inferior ao do Japão (70%) e superior ao dos Estados Unidos (20%). Como apontam Preto *et al.* (2018),

Os sintomas de estresse nos universitários de enfermagem são respostas de adaptações do organismo à pressão, tornando-o propenso incidência de problemas clínicos. E em níveis elevados podem apresentar: ansiedade, irritabilidade, sensação de desgaste físico, diminuição da atenção, desânimo, depressão, portanto é importante que os agentes estressores sejam identificados, de modo a minimizar possíveis prejuízos na saúde dos universitários (PRETO, 2018, p. 702).

Tabela 02 - Quantitativo de atendimentos psicológicos, na Sede, durante o ano de 2016

MÊS / 2016	HOMENS		MULHERES		TOTAL DE ATEND. 2016
	Pessoas	Atend.	Pessoas	Atend.	
Janeiro	4	11	7	20	31
Fevereiro	5	13	7	24	37
Março	9	17	10	29	46
Abril	8	17	10	27	44
Mai	22	30	16	30	60
Junho	5	9	7	10	19
Julho	7	13	7	13	26
Agosto	8	15	8	15	30
Setembro	6	11	9	16	27
Outubro	18	22	16	30	52
Novembro	15	23	17	25	48
Dezembro	--	--	--	--	--
Total	107	181	114	239	420

Fonte: Acervo da Autora, 2019

A esse respeito Nogueira (2017) destaca que um estudo realizado com estudantes universitários acerca da saúde mental, relacionando gênero, nível socioeconômico e comportamentos de saúde, obteve, entre outros resultados, que o nível de saúde mental dos estudantes foi satisfatório, mas com diferenças significativas em relação ao gênero. Segundo dados da pesquisa, os participantes do gênero masculino tendem a apresentar melhor saúde mental que os do sexo feminino, tanto na dimensão positiva bem-estar psicológico, como na dimensão negativa, *distress* psicológico. Assim, percebe-se que existe uma relação entre o número de atendimentos por gênero e a qualidade da saúde mental dos estudantes. Com relação ao nível socioeconômico, a pesquisa apontou que os participantes com nível socioeconômico mais elevado apresentaram melhor nível de saúde mental (NOGUEIRA, 2017).

Estas constatações em relação ao gênero também podem ser observadas no *campus* da UAG (Tabelas 03 e 04) e da UAST (Tabelas 05 e 06), ambas para os anos de 2015 e 2016. No caso da UAG a recorrência aos atendimentos é bem menos frequente, já que o número de pessoas atendidas é muito próximo ao número de atendimentos. Em relação à UAST a concentração dos atendimentos foi verificada nos meses finais de 2014 e necessita de maiores esclarecimentos quanto aos fatores que condicionam a periodicidade dos atendimentos.

Tabela 03 - Quantitativo de atendimentos psicológicos, na UAG, durante o ano de 2015

MÊS / 2015	HOMENS		MULHERES		TOTAL DE ATEND. 2015
	Pessoas	Atend.	Pessoas	Atend.	
Janeiro	--	--	--	--	--
Fevereiro	--	--	--	--	--
Março	--	--	--	--	--
Abril	--	--	--	--	--
Mai	--	--	--	--	--
Junho	--	--	--	--	--
Julho	--	--	--	--	--
Agosto	--	--	--	--	--
Setembro	--	--	--	--	--
Outubro	--	--	--	--	--
Novembro	10	15	15	22	37
Dezembro	8	10	10	12	22
Total	18	25	25	34	59

Fonte: Acervo da Autora, 2019

Tabela 04 - Quantitativo de atendimentos psicológicos, na UAG, durante o ano de 2016

MÊS / 2016	HOMENS		MULHERES		TOTAL DE ATEND. 2016
	Pessoas	Atend.	Pessoas	Atend.	
Janeiro	--	--	--	--	--
Fevereiro	--	--	--	--	--
Março	--	--	--	--	--
Abril	--	--	1	2	2
Mai	3	3	2	3	6
Junho	10	10	15	15	25
Julho	5	5	11	11	16
Agosto	8	8	22	27	35
Setembro	10	12	9	14	26
Outubro	8	12	21	28	40
Novembro	2	3	7	11	14
Dezembro	--	--	3	3	3
Total	46	53	91	114	167

Fonte: Acervo da Autora, 2019

Vale destacar que no ano seguinte ao PDI de 2013 – 2020 houve poucos atendimentos, não passando de 50. E mais uma vez fica perceptível que, em sua maioria, é do gênero feminino, talvez pelos vários traumas, negações, submissão e desespero, pois a esperança advinda com mercado do trabalho traz essas e outras demandas.

Mesmo utilizando dados um pouco defasados, foi possível perceber que as políticas de saúde mental, conduzidas pelas PROGESTI, existem e são utilizadas pelos alunos, como preconizam Mercuri *et al.* (2003) e Sbizerra *et al.* (2019). Contudo, o sentimento é que esse quantitativo atendido ainda é muito pequeno perto da necessidade dos estudantes. Além disso,

não há registro de que os estudantes da UFRPE que se utilizam da modalidade de educação a distância estejam sendo atendidos, já que a PNAES os exclui.

Tabela 05 - Quantitativo de atendimentos psicológicos e no serviço social da UAST durante o ano de 2013

MÊS / 2013	HOMENS		MULHERES		TOTAL DE ATEND. 2013
	Pessoas	Atend.	Pessoas	Atend.	
Janeiro	4	4	2	2	6
Fevereiro	4	4	5	5	9
Março	2	2	3	3	5
Abril	2	2	3	3	5
Maiο	3	3	4	4	7
Junho	1	1	1	1	2
Julho	2	2	2	2	4
Agosto	2	2	3	3	5
Setembro	3	3	3	3	6
Outubro	3	3	3	3	6
Novembro	4	4	4	4	8
Dezembro	1	1	1	1	--
Total	31	31	34	34	63

Fonte: Acervo da Autora, 2019

Tabela 06 - Quantitativo de atendimentos psicológicos e no serviço social da UAST durante o ano de 2014

MÊS / 2014	HOMENS		MULHERES		TOTAL DE ATEND. 2014
	Pessoas	Atend.	Pessoas	Atend.	
Janeiro	--	--	--	--	--
Fevereiro	--	--	--	--	--
Março	--	--	--	--	--
Abril	--	--	--	--	--
Maiο	--	--	--	--	--
Junho	--	--	--	--	--
Julho	--	--	--	--	--
Agosto	--	--	--	--	--
Setembro	--	--	1	1	1
Outubro	5	5	18	18	23
Novembro	4	4	5	5	9
Dezembro	--	--	7	7	7
Total	9	9	31	31	40

Fonte: Acervo da Autora, 2019

Além dessas ações conduzidas diretamente pela PROGESTI, destacam-se também as ações do Núcleo do Cuidado Humano (Núcleo), criado em 2018 como uma ação conjunta da gestão da UFRPE e de servidores voluntários (UFRPE, 2018), capitaneada pelos profs. Hugo Monteiro Ferreira e Alexsandro Machado. Como complementa a notícia, o Núcleo é uma política institucional de valorização da vida, a partir de um movimento transdisciplinar e

ações sistemáticas de escuta e acolhimento. De forma preventiva, auxilia pessoas da comunidade universitária em situação de sofrimento e vulnerabilidade emocional, com um espaço acolhedor e ramal telefônico para escuta e apoio a quem necessite de cuidado. O Núcleo tem estrutura uma rede de terapeutas credenciados para posterior encaminhamento nos casos indicados, auxiliando as pessoas da comunidade universitária em situação de sofrimento ou vulnerabilidade emocional.

4.2 A DÚPLICE CONTINGÊNCIA

Quando se fala em saúde mental, automaticamente se remete à ideia de transtornos ou doenças mentais, mas a saúde mental vai além disso, pois pode se estender a uma complexidade maior das interações, podendo envolver, ao mesmo tempo, prazer e de sofrimento, o que demanda uma maior diversificação de estratégias para lidar com a coexistência de desgaste e satisfação num elemento fundamental para a promoção da qualidade de vida (GALINDO et al., 2012). A busca do universitário de sentir-se bem, de desenvolver sua capacidade de se manter num estado de bem-estar ou mesmo buscar por um equilíbrio que permita se sentir em desenvolvimento e num estado de pertencimento no mundo.

Dessa forma, saúde mental envolve o sentimento de pertencimento e de bem-estar, o que vai muito além de qualquer enquadramento médico ou psicológico do sujeito. A visão de bem-estar que permeia a saúde mental é diversa e não se resume apenas por enquadramento. Devem ser vistos e analisados outros fatores que influenciam no desenvolvimento desse abalo mental, tais como: o estudo diário é cansativo e desgastante, muitas vezes devido à convivência com a dor e sofrimento de estar longe dos familiares; a ansiedade por estar em um novo ambiente social; ter que tomar decisões e os consequentes níveis progressivos de estresse (ZORZANELLI et al., 2016).

Ao se considerar que o estresse tem etiologia múltipla, têm-se formulado e validado diferentes modelos para explicar suas causas e, na atualidade, tem crescido a preocupação com os fatores psicossociais entre os universitários. Estudos realizados na Universidade Fluminense (CAROLINE, 2017), e na própria Universidade Rural Federal de Pernambuco (PROGESTI, 2017) enfatizam que constantes mudanças ocorridas ao decorrer do ano estudantil do discente podem provocar mudanças no meio psicossocial, funcionando como precipitador capaz de atingir a saúde mental (REIS et al., 2010). Como alerta a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada dez pessoas sofrerá com um transtorno da mente ao

longo da vida. Apesar dos números, são raras as IFES que mantêm um programa adequado de saúde psicológica e emocional para seus discentes.

O serviço de Psicologia da PROGESTI é vinculado à COAP e conta com uma equipe de três Assistentes Sociais (uma exerce função de Coordenadora da COAP), uma Pedagoga e um Psicólogo. A infraestrutura de pessoal não é adequada, pois apenas um profissional não consegue dar conta das inúmeras demandas advindas do número de discentes que procuram o serviço de Psicologia, que se limita apenas para o atendimento clínico, e as questões de promoção e prevenção sobre uma qualidade de vida mental saudável ficam comprometidas.

No que diz respeito ao que indica a política de dúplice contingência, infelizmente a UFRPE não mantém convênio com outras instituições para apoiar as ações de saúde mental de seus alunos, ficando os profissionais vinculados à COAP a orientar os estudantes a procurarem os serviços de saúde disponíveis na rede pública. A PROGESTI por vez, trabalha com orientação e não com encaminhamentos que no âmbito da Saúde Pública, pois esta demanda só poderia ocorrer se fosse realizada do setor de saúde para setor de saúde.

Neste sentido da dúplice contingência, a única ação identificada foi a proposta do NCH, que faz um atendimento terapêutico e/ou médico com uma equipe de oito pessoas treinadas pelo Centro de Valorização da Vida, o CVV, contando ainda com o suporte de uma rede de profissionais, incluindo psicólogas do Departamento de Educação (DEd) e do Departamento de Qualidade de Vida (DQV) (UFRPE, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados da pesquisa documental pode-se concluir que, apesar de haver uma política consolidada de atendimento aos alunos, esta carece de maior efetividade em relação à sua amplitude e qualidade, decorrente de problemas de infraestrutura de pessoal e de recursos.

Existe por parte dos alunos a necessidade de recorrência aos atendimentos. Isto pode ser interpretado como um indicador de que problemas relacionados a questões psicossociais são questões que exigem tratamento contínuo e que envolvem fatores de diversos aspectos. No âmbito da PROGESTI a incorporação de mais profissionais de Psicologia proporcionaria a abertura de um leque de oportunidades de se trabalhar com prevenção e promoção da saúde mental com o corpo discente, não só na intervenção do sofrimento.

De forma geral, se a UFRPE, por meio de seu Departamento de Qualidade de Vida (DQV), tivesse convênios com instituições que dão suporte à transtornos mentais enriqueceria

a intervenção de todos os serviços de Psicologia da UFRPE com a possibilidade de encaminhamentos.

Sobre a pergunta de pesquisa de como a UFRPE pode atuar junto ao Estado sobre as questões que versam a respeito da saúde mental estudantil, nos parece que a Instituição deveria explorar os mais variáveis recursos disponibilizados pelo Estado, e assim se moldar à realidade do âmbito social, compreendendo as aflições dos estudantes e desenvolvendo políticas que possam ser inseridas no PDI, como forma de promover constantemente a preservação da saúde mental dos estudantes. Assim, a partir dos dados documentais utilizados nesta pesquisa, constata-se a necessidade de maiores investimentos em pessoal para que as políticas de assistência voltadas ao atendimento psicossocial aos graduandos da UFRPE tornem-se mais eficientes, eficazes e efetivas.

Como indicações para pesquisas futuras, sugerimos a partir do primeiro lance que já foi dado com a criação do Núcleo de Cuidados Humanos em 2018, analisar os resultados dos atendimentos desse Núcleo tanto em termos quantitativos como qualitativos, para investigar mais esta frente de ação tão promissora.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, E. C. **Monografia início, tranquilidade e defesa**. 4. ed. Recife: Gráfica e Editora Liceu, 2013. 98p.

ASSIS, A. D; OLIVEIRA, A. G. B. Vida universitária e saúde mental: atendimento às demandas de saúde e saúde mental de estudantes de uma universidade brasileira. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. Florianópolis, V. 2, n.4-5, p.159 – 177.

BRANCO, A. P. S. C; ALMEIDA, M. A. Avaliação da satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva em cursos de pós-graduação de universidades públicas. **Avaliação**, v. 24, n. 1, p. 45-67, maio 2019.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/_constituicao46.htm>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. s. d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes>> Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088**, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 2011. Seção 1, p. 230-2.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 01 fev. 2020.

_____. **Decreto n. 19.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 01 fev. 2020.

CAROLINE, V. **Saúde mental é foco de projetos da UFF**. 2017. Disponível em: <<http://www.uff.br/?q=noticias/26-09-2017/iniciativas-da-uff-focam-saude-mental-de-seus-alunos>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

CASARIN, H. C. S.; CASARIN, S. J. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba-PR: Editora Intersaberes. 2012.

COSTA, C.S. Sentimentos de professores frente a dificuldades na prática da educação inclusiva de alunos com deficiência no ensino fundamental. **[Dissertação]**. Pontifícia Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

COSTA, S.G. A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. **[Dissertação]**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FONAPRACE. IV Pesquisa do perfil do socioeconômico e cultural dos estudantes de estudantes das IFES. 2014. Disponível em: < http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduandos-das-IFES_2014.pdf > Acesso em 01 fev. 2020.

GAINO L.V; SOUZA J; CIRINEU C.T; TULIMOSKY T.D. O conceito de saúde mental para profissionais de saúde: um estudo transversal e qualitativo. SMAD, **Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas**. 2018 Abr.-Jun. v. 14, n. 2, p. 108-11.

GALINDO, R. H.; FELICIANO, K. V. O.; LIMA, R. A. S.; SOUZA, A. I. Síndrome de Burnout entre enfermeiros de um hospital geral da cidade do Recife. **Revista da Escola de Enfermagem**. USP, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 420-427, Apr. 2012.

GONÇALVES, M. M. Alimentação e sustentabilidade: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no restaurante universitário da UFRPE. 2018. 175 f. 14. **[Dissertação]** Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2018.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>. Acesso em: 08 ago. 2020.

LIMA, E.M. F.; YASUI, S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro. v. 38, n. 102, p. 593-606, 2014.

MARCOLINO, T. Q.; FANTINATTI, E. N.; GOZZI, A. P. N. F. Comunidade de prática e cuidado em saúde mental: uma revisão sistemática. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 643-658, ago. 2018.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso**: Uma Estratégia de Pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, M.C.A. Fatores de risco psicossociais para a saúde mental. **Revista Millenium**. 2004.n. p. 255-266. Disponível em: < <https://www.ipv.pt/millenium/Millenium29/33.pdf> >. Acesso em: 15 janeiro 2020.

MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Estudante universitário**: características e experiências de formação. Taubaté: Cabral, 2003.

NOGEIRA, M. J; SEQUEIRA, C. A saúde mental em estudantes do ensino superior: relação com o género, nível socioeconómico e os comportamentos de saúde. Porto, Portugal. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, ESPECIAL 5 (ago., 2017). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.19131/rpesm.0167>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

NOGUEIRA, M. J. C. Saúde mental em estudantes do ensino superior: fatores protetores e fatores de vulnerabilidade. [Tese]. Lisboa. Universidade de Lisboa (com a colaboração da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa). 268p. 2017.

PADOVANI, R. C.; NEUFELD, C. B.; MALTONI, J.; BARBOSA, L. N. F.; SOUZA, W. F.; CAVALCANTI, H. A. F.; LAMEU, J. N. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. 2014. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 10, n. 1, p. 2-10. DOI: 10.5935/18085687.20140002.

PEROVANO, D. G. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Intersaberes, 2014. (Dialógica).

PRETO, V.A. O estresse em universitários de enfermagem e sua relação com fatores pessoais e ambientais. [Tese]. Universidade de São Paulo. Ribeirão, São Paulo, 2018.

PROGESTI. Relatório de gestão. Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Pró-reitora de gestão estudantil e inclusão**. 2016.

REIS, A. L. P. P; FERNANDES, S. R. P; GOMES, A. F. Estresse e Fatores Psicossociais. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 30, n. 4, p. 712-725, 2010.

SAHÃO, F. T. Saúde mental do estudante universitário: comportamentos que favorecem a adaptação ao ensino superior. [Dissertação]. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2019.

SANTOS, F. S.; MAIA, C. R. C.; FAEDO, F. C.; GOMES, G. P. C.; NUNES, M. E.; OLIVEIRA, M. V. M. de. Estresse em Estudantes de Cursos Preparatórios e de Graduação em Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**. v. 41, n. 2, p. 194 – 200. 2017.

SBIZERA, C. L. G. A; DENDASCK, C. V. Processo ensino/aprendizagem na universidade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. v. 4, n. 5, p. 15-26, 2019.

SECRETARIA DE SAUDE DO PARANÁ. SPP/DVSAM - Saúde Mental. **Definição de Saúde Mental**. 2020. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1059>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

SENICATO, C.; AZEVEDO, R. C. S; BARROS, M. B. A. Transtorno mental comum em mulheres adultas: identificando os segmentos mais vulneráveis. **Ciência em Saúde Coletiva**, v. 23, n. 8, ago. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.13652016>. Acesso em: 01 fev. 2020.

UFRPE. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Plano de Desenvolvimento Institucional - UFRPE 2013-2020**. Imprensa da UFRPE. 138 p. Disponível em: <<http://ufrpe.br/sites/ufrpe.br/files/PDI%20UFRPE%2020132020%20%20vers%C3%A3o%200%20revista%20e%20atualizada.pdf>> Acesso em: 01 fev. 2020.

UFRPE. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **UFRPE lança Núcleo do Cuidado Humano com palestra sobre juventudes e redes digitais**. 2018. Disponível em: < <http://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-lan%C3%A7a-n%C3%BAcleo-do-cuidado-humano-com-palestra-sobre-juventudes-e-redes-digitais>> Acesso em: 24 ago. 2020.

UFRPE. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Núcleo do Cuidado Humano inicia atendimento telefônico a partir da próxima segunda (14/01)**. 2019. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/n%C3%BAcleo-do-cuidado-humano-inicia-atendimento-telef%C3%B4nico-partir-da-pr%C3%B3xima-segunda-1401>> Acesso em: 24 ago. 2020.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.